



Estado da Paraíba

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO

Ofício PMC/GAPRE/Nº 163 /2010.  
Cabedelo (PB), 20 de setembro de 2010.

**URGENTE**

Ao Exmo. Sr.  
Vereador **WELLINGTON VIANA FRANÇA**  
DD. Presidente da Câmara Municipal de Cabedelo  
Nesta.

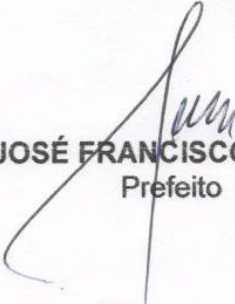
Senhor Presidente,

Em anexo, estamos encaminhando a essa Augusta Casa Legislativa, para os devidos fins de apreciação e posicionamento, a **Mensagem** e o **Projeto de Lei** que tratam sobre **nova autorização legislativa para a promoção de abertura de créditos adicionais suplementares ao vigente orçamento**.

Mais uma vez, estamos recorrendo à sensibilidade de Vossa Excelência e de seus ilustríssimos pares, para que seja apreciado, com a possível urgência, a presente Mensagem e o respectivo Projeto de Lei que **"ELEVA O LIMITE AUTORIZATIVO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES A VIGENTE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**.

Certos de contarmos com sua especial e costumeira atenção, aproveitamos o ensejo para renovar a Vossa Excelência nossos protestos de elevada consideração.

Atenciosamente,

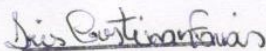
  
**JOSÉ FRANCISCO RÉGIS**  
Prefeito

RECEBIDO

Secretaria Legislativa

Câmara Municipal de Cabedelo/PB

Às 14:30 hs. Em 23/09/2010



VISTO



Estado da Paraíba

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO

**M E N S A G E M**

Cabedelo (PB), 20 de setembro de 2010.

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Cabedelo:

Mais uma vez, voltamos à presença de Vossa Excelência e de seus i-lustríssimos Pares para submetermos à apreciação dessa Augusta Casa Legislativa, o Projeto de Lei que **"ELEVA O LIMITE AUTORIZATIVO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES A VIGENTE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Neste novo Projeto de Lei, Senhores Vereadores, estamos recorrendo à sensibilidade dessa Augusta Casa Legislativa, especialmente para o cumprimento da execução orçamentária da forma que se apresenta para este último quadrimestre, oportunidade em que teremos condições de equacionar as insuficiências orçamentárias apresentadas em algumas dotações, com aquelas que ainda se apresentam com saldos orçamentários, não utilizadas em função da absoluta falta de condições financeiras para suportá-las.

Portanto, igualmente aos que foram anteriormente encaminhados nesse mesmo sentido, nada mais é senão a comprovação daquilo que insistentemente estamos afirmando, quando ao longo deste exercício, temos recorrido à essa Casa, no sentido de obtermos autorização legislativa para a promoção de crédito suplementares adicionais ao vigente orçamento, o qual, desde a sua forma embrionária, vem sofrendo com a ínfima autorização dada inicialmente, em percentual destoante dos que historicamente foram dados nos exercícios anteriores, daí porque, estamos, mais uma vez, necessitando da compreensão de Vossas Excelências, para a aprovação do que aqui está sendo pedido.

Paralelamente, reconhecemos que esta situação se faz mister diante do fato de que a execução orçamentária em nosso município de Cabedelo, tem apresentado oscilações, tanto no campo da arrecadação de receitas orçamentárias, quanto no das despesas realizadas em força das necessidades locais, fato que proporciona toda a dinâmica na execução dos diversos programas e projetos consubstanciados na nossa correspondente LOA, privilegiando as ações prioritárias que se configuram em progresso e desenvolvimento do nosso Município.

Os fatos como apresentados, refletem, de forma bastante realista, pois, estamos vivenciando um momento muito dinâmico na administração das receitas e despesas públicas, principalmente quando não se tem uma certeza da realização de suas programações, haja visto as oscilações que tem sofrido as receitas, conse-



Estado da Paraíba

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO

quentemente as despesas, no aspecto inerente às transferências correntes, tanto em nível Federal quanto Estadual. Desta forma e por este meio, qual seja, o da autorização legislativa para abertura de créditos suplementares, utilizando esse mecanismo de flexibilização para a fixação da despesa, temos proporcionado a equalização e a adequação das necessidades públicas, essencialmente básicas para a manutenção da máquina administrativa. Obviamente que não poderemos nos esquecer dos investimentos, não só no âmbito da infra-estrutura, mas também em obras, serviços e manutenção das diversas pastas que integram a administração, que visam, tão somente, propiciar para Cabedelo, condições de poder recepcionar as demandas exigidas pela sociedade em geral, em especial, aquilo que diga respeito à Educação, Saúde, Segurança e Infra-Estrutura Urbana, e exemplo do que está sendo executado e concluído em termos de reforma e ampliação de Escolas, Postos de Saúde e do Mercado Público, dentre outras.

Desta forma e neste sentido, voltamos, mais uma vez, a propor uma nova autorização legislativa, para darmos suporte legal às necessidades orçamentárias que se apresentam, sinalizando a possibilidade de se viabilizar o que está consubstanciado na referida LOA. Assim, devido às condições econômicas do nosso município, um valor estimado de permissibilidade legal para a abertura de créditos adicionais ao vigente orçamento, como autorizado na LOA, seria, no nosso entender, a forma mais adequada para se atender a necessidade pretendida, expressa em valores monetários e em termos percentuais.

Reconhecemos que fomos ousados, é verdade, em elaborar o Projeto de Lei, de complexidade como LOA/2010, e sancioná-la com um percentual, objeto de Emenda Parlamentar, **bem aquém daquele costumeiramente adotado e utilizado nos exercícios anteriores**, bem superiores ao então permitido na vigente Lei. Agora, imprescindível se faz que esse Poder Legislativo, autorize, mais uma vez, a abertura de créditos suplementares, desta vez, no valor equivalente a mais 20% (vinte por cento), além dos atuais 22% (vinte e dois por cento), já concedidos, passando, portanto, a autorização legislativa para a abertura de créditos suplementares para 42% (quarenta e dois por cento) do valor total da LOA, de acordo com o disposto nos artigos 7º e 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Apesar de toda a sistemática adotada em termos de planejamento orçamentário, ainda assim, pode-se perceber algumas distorções e pequenas divergências entre aquilo que foi orçado (planejado) e aquilo que está sendo efetivamente realizado (executado), afinal, o dinamismo das inúmeras Funções de Governo, em todas as suas vertentes e complexidades, por si só, justificam a necessidade ora imperiosa, até quando se trata da execução orçamentária dessa própria Unidade, no caso, a Câmara Municipal, que já teve seu próprio orçamento modificado várias vezes, somente neste exercício. Este fato reforça a tese do que aqui está sendo dito, é perfeitamente normal dentro do processo de planejamento orçamentário, até para que não se venha sacrificar algum Projeto e/ou Atividade, contextualizados na matéria, que esteja ou venha a ser executado.



Estado da Paraíba

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO

Estamos convictos, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, que nosso propósito está coerente com as necessidades do Município, as quais os Senhores bem conhecem e sabem de sua realidade financeira e orçamentária, razões que nos levam a submeter a essa Augusta Casa Legislativa, a propositura em questão.

Assim, finalizamos seguros de que o presente Projeto de Lei terá o acolhimento esperado por parte de Vossas Excelências, justamente porque, este reflete, somente e exatamente, o mínimo necessário para a consecução dos trabalhos que são objetos do nosso maior e principal instrumento de planejamento, que é a nossa Lei Orçamentária Anual, devidamente compatibilizada com a LDO/2010 e com o PPA-2010/2013.

Muito Obrigado,

**JOSÉ FRANCISCO RÉGIS**  
Prefeito

AO EXPEDIENTE

Câmara Municipal de Cabedelo/PB

Em 07/10/2010

  
\_\_\_\_\_  
Presidente




Estado da Paraíba

CONSTOU NO EXPEDIENTE

Câmara Municipal de Cabedelo/PB

Em 07/10/2010

  
\_\_\_\_\_  
Secretário

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO

PROJETO DE LEI Nº 033, de 20 de setembro de 2010.

AVULSOS

DISTRIBUÍDO

Câmara Municipal de Cabedelo/PB

Em 07/10/2010

  
\_\_\_\_\_  
Secretário

**ELEVA O LIMITE AUTORIZATIVO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES A VIGENTE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

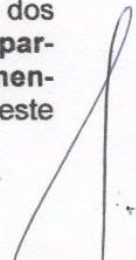
**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente,**

**Faz saber que o Poder Legislativo decretou e ele sanciona a seguinte Lei:**

**Art. 1º - Fica autorizado a elevar o limite autorizativo para a abertura de créditos suplementares a vigente Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1.476, de 30 de dezembro de 2009), em mais 20% (vinte por cento), com vistas a atender às programações e para reforçar as dotações consignadas nas seguintes Unidades Orçamentárias, com vistas ao processo de encerramento do exercício em curso:**

- 0101 – CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO
- 0201 – GABINETE DO PREFEITO
- 02011 - IPSEMC
- 0204 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
- 0205 – SECRETARIA DAS FINANÇAS
- 0206 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
- 0207 – SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE
- 0208 – SECRETARIA DA SAÚDE/F.M.S.
- 0209 – SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
- 0210 – SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
- 0211 – SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
- 0212 – SECRETARIA DA SEGURANÇA
- 0213 – SECRETARIA DE PESCA E MEIO AMBIENTE
- 0214 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
- 0215 – SECRETARIA DA HABITAÇÃO

**Art. 2º - Os recursos necessários para fazer face à cobertura dos créditos que serão abertos por força desta Lei, correrão por conta da **anulação parcial ou total de dotações orçamentárias consignadas na própria Lei Orçamentária Anual**, ou pelo provável excesso de arrecadação da receita estimada para este exercício, caso este se verifique até o final do exercício em curso.**






Estado da Paraíba

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cabedelo (PB), em 20 de setembro de 2010

  
**JOSÉ FRANCISCO RÉGIS**  
Prefeito